

Senhor Presidente do partido CHEGA

Dr. André Ventura

A saúde é um dos fundamentos do contrato social português e uma das conquistas mais marcantes da democracia. Num contexto de transformação profunda, torna-se indispensável reforçar a capacidade coletiva de assegurar que todos os cidadãos têm acesso a cuidados de qualidade, independentemente da sua condição económica.

Os desafios que enfrentamos, envelhecimento, doença crónica, complexidade tecnológica, fragmentação organizacional e a despesa direta elevada das famílias, exigem não apenas respostas técnicas, mas também uma visão estratégica e um compromisso institucional.

A experiência internacional demonstra que os sistemas de saúde modernos e sustentáveis assentam num forte compromisso público, num financiamento sustentável, numa gestão profissionalizada e numa colaboração regulada entre os diferentes setores. Portugal possui condições para trilhar esse caminho, se souber mobilizar conhecimento, responsabilidade e convergência.

É neste espírito que se apresenta o documento anexo, que identifica princípios estruturantes para um compromisso de longo prazo orientado para a promoção do acesso dos portugueses aos cuidados de saúde – salvar o SNS, a equidade, a sustentabilidade e a proteção dos cidadãos mais vulneráveis.

Com os melhores cumprimentos

António José Martins Seguro

SUMÁRIO EXECUTIVO

A saúde constitui um dos pilares fundamentais do contrato social português e um dos elementos mais visíveis da coesão democrática. O Serviço Nacional de Saúde, ao longo de mais de quatro décadas, permitiu alargar a cidadania, reduzir desigualdades e garantir que a proteção da saúde não depende da capacidade económica individual, mas apenas da necessidade expressa. Contudo, o SNS enfrenta hoje pressões significativas: envelhecimento populacional, aumento da prevalência de doenças crónicas, complexidade tecnológica, fragmentação organizacional e uma despesa direta das famílias que ultrapassa níveis desejáveis.

A evidência internacional demonstra que os sistemas mais justos e eficientes são aqueles guiados por governação estável, avaliação independente, financiamento sustentável, forte capacidade pública e colaboração responsável entre setores. Os países do Norte da Europa constituem bons exemplos de sucesso pela sua estabilidade institucional, transparência, continuidade estratégica e cultura de *accountability*.

Portugal possui recursos humanos qualificados, conhecimento técnico acumulado e instituições democráticas sólidas. Falta-lhe, porém, consolidar uma visão estratégica plurianual, protegida dos ciclos políticos e orientada pela evidência para responder às necessidades dos portugueses. A saúde não pode ser tratada apenas como uma política pública. A saúde é parte estruturante do contrato social, cuja continuidade deve ser garantida através de compromissos intergeracionais. O presente documento propõe:

- Reafirmação do papel central do Estado na cobertura geral e acesso universal, através do SNS.
- Redução progressiva da despesa direta das famílias.
- Integração efetiva entre níveis de cuidados.
- Reforço da gestão, da avaliação e da estabilidade institucional.
- Promoção da saúde e prevenção da doença como eixos estratégicos.
- Digitalização interoperável para eficiência e segurança clínica.
- Colaboração transparente com os setores social e privado, sempre em subordinação ao interesse público.

A construção de um novo ciclo de saúde exige um compromisso nacional amplo, sustentado na ideia de que a saúde é simultaneamente um bem público e uma expressão viva da solidariedade democrática. Este documento identifica os caminhos possíveis para reforçar esse contrato social na próxima década.

Promover o acesso dos portugueses aos cuidados de saúde, salvar o SNS

I. INTRODUÇÃO: A SAÚDE COMO FUNDAMENTO DO CONTRATO SOCIAL

A proteção da saúde constitui um dos pilares fundadores da democracia portuguesa e um dos elementos mais significativos da igualdade substantiva. A criação do Serviço Nacional de Saúde, no final da década de 1970, materializou uma visão de justiça social: todos os cidadãos têm direito a cuidados de saúde de qualidade em tempo adequado independentemente da sua condição económica. Este princípio, inscrito na Constituição, reflete uma escolha política e civilizacional que molda a identidade coletiva do país. Contudo, a evolução social e económica das últimas décadas introduziu tensões estruturais que exigem novas respostas. A saúde tornou-se mais complexa, mais exigente e mais central para o bem-estar das populações. O contrato social da saúde deve, por isso, ser renovado e fortalecido, com responsabilidade institucional e visão de longo prazo.

II. OS DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS: ENTRE A PRESSÃO DEMOGRÁFICA E AS FRAGILIDADES INSTITUCIONAIS

1. Envelhecimento e Doenças Crónicas

Portugal apresenta uma das populações mais envelhecidas da Europa. O aumento da esperança de vida saudável não acompanhou o aumento da longevidade, traduzindo-se num crescimento da morbilidade crónica e da necessidade de cuidados continuados.

2. Pressão Económica sobre as Famílias

A despesa direta das famílias ultrapassa níveis compatíveis com um modelo justo e universalista. A evidência demonstra que este tipo de despesa é regressivo, penalizando os mais vulneráveis e induzindo renúncia a cuidados essenciais.

3. Fragmentação das Respostas

Persistem desarticulações entre cuidados de saúde primários, hospitalares e cuidados continuados, gerando ineficiências, duplicações e percursos clínicos desnecessariamente complexos.

4. Ausência de Planeamento plurianual estável

Muitas reformas foram avulsas, sem avaliação prévia de impacto, sem continuidade temporal e sem visão integrada.

5. Transição Tecnológica incompleta

Apesar de progressos importantes, a digitalização permanece fragmentada, dificultando interoperabilidade, eficiência e segurança dos cidadãos.

III. O QUE ENSINAM AS MELHORES PRÁTICAS EUROPEIAS

Os países do Norte da Europa, frequentemente utilizados como referência por organismos internacionais, evidenciam características estruturais comuns:

- **planeamento estratégico plurianual.**
- **gestão profissionalizada.**
- **informação clínica interoperável.**
- **contratualização rigorosa.**
- **financiamento público robusto e progressivo do SNS,**
- **cultura de transparência e avaliação independente.**

Não se trata apenas de maior investimento.

Trata-se de melhorar a capacidade institucional para transformar recursos em valor para os cidadãos.

IV. O CONTRATO SOCIAL DA SAÚDE: UMA CONSTRUÇÃO INTERGERACIONAL

A saúde não pode ser tratada como uma política de legislatura. A complexidade do sistema exige estabilidade, continuidade e consenso. O contrato social da saúde deve:

- **Ultrapassar ciclos eleitorais.**
- **Proteger os mais vulneráveis.**
Garantir que a doença não é causa de empobrecimento.
- **Assegurar que o SNS permanece o principal instrumento de equidade social.**

Este compromisso intergeracional, entre governos, cidadãos, instituições, profissionais e agentes sociais é indispensável para restaurar a eficiência, a confiança e a coesão.

V. EIXOS ESTRATÉGICOS PARA A PRÓXIMA DÉCADA

1. Reforço do Financiamento

- Reduzir gradualmente os pagamentos diretos que as famílias pagam para além das suas contribuições fiscais.
- Consolidar mecanismos de eficiência, sustentabilidade e efetividade.
- Garantir previsibilidade orçamental plurianual.

2. Estabilidade e Governação Estratégica

- Profissionalização da gestão.
- Avaliação independente de desempenho.
- Lideranças institucionais estável.

3. Integração Efetiva de Cuidados

- Cuidados de saúde primários como ponto de referência no sistema de saúde.
- Articulação entre cuidados de saúde, nomeadamente, hospitalares e cuidados continuados.
- Gestão integrada das doenças crónicas.

4. Promoção da Saúde e Prevenção

- Reforço do papel decisivo da saúde pública.
- Investimento no diagnóstico e intervenção precoce.
- Promoção da literacia em saúde como política nacional.

5. Digitalização Interoperável

- Registo de Saúde Eletrónico único e integrado.
- Plataformas de telecuidados e desenvolvimento das novas ferramentas digitais.
- Suporte digital à decisão clínica.

6. Colaboração Regulada entre Setores

- Articulação sustentada tendo em vista a resposta às necessidades com os setores social e privado com base em:
 - contratualização transparente.
 - monitorização independente.
 - critérios de equidade.
 - Promoção e defesa do interesse público.

VI. A PROTEÇÃO DOS MAIS VULNERÁVEIS COMO DEVER CONSTITUCIONAL

A Constituição da República estabelece que o direito à saúde deve ser garantido universalmente. A proteção dos cidadãos economicamente frágeis é uma obrigação ética e jurídica. Reduzir desigualdades exige:

- Eliminar barreiras económicas e financeiras.
- Garantir equidade e acesso com particular enfoque no interior e nos territórios de baixa densidade.
- Assegurar tempos de resposta adequados.
- Proteger as famílias de despesas catastróficas em saúde.

VII. UM NOVO CICLO DE RESPONSABILIDADE COLETIVA

Portugal precisa de um compromisso estratégico nacional para a saúde, amplo, estável e intergeracional que una instituições democráticas, a sociedade civil, os cidadãos e os profissionais. Um pacto que coloque:

- rigor antes da improvisação.
- qualidade antes da quantidade.
- equidade antes da segmentação,
- promoção da saúde e prevenção antes da doença.

A saúde é o espelho da maturidade democrática de um país.

Reformar o sistema de saúde português é renovar o contrato social que sustenta a confiança entre Estado e cidadãos.